

CADERNOS DO IL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

Nº 7 ABRIL 1992

UFRGS

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades.

PARA UMA TEORIA DO DISCURSO SOCIAL:
PROBLEMATICA DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Por Marc Angenot - McGill University (Canadá)*

"Pensando no que se dizia em sua cidadezinha e que havia, até os antípodas outros Coulon, outros Marescot, outros Foureau, eles sentiam pesar sobre si o peso de toda a Terra." Flaubert. *Bouvard et Pécuchet*, cap. VIII.

Gostaria de esboçar, nas páginas que seguem, a abrangência de uma pesquisa sobre a análise do discurso social próprio a um estado de sociedade. Tentarei fornecer alguns argumentos de maneira a mostrar o interesse, a fecundidade potencial, o fundamento de uma abordagem deste gênero (1). Trata-se, portanto, de descrever a problemática dos trabalhos em andamento, que já deram origem a numerosas publicações e confluem para uma obra de síntese sobre "1889: um estado do discurso social"(2). Esta pesquisa resulta, com efeito, do exame de uma amostragem analítica de toda a "coisa impressa" produzida em francês durante o ano de 1889, amostragem que engloba tanto o livro como o jornal, os periódicos, os cartazes, procurando descrever e explicitar todos os domínios discursivos, aqueles tradicionalmente investigados, como a literatura ou os escritos científicos, e aqueles que a erudição negligencia ou ignora. A análise deste "material" não visa apenas a produzir um quadro dos gêneros, dos temas, das "ideologias", dos estilos de uma época. Ela exige a construção de uma teoria e de proposições de síntese que a formalização do material recolhido deverá ilustrar e justificar.

* Aula Inaugural do CPG - Letras da UFRGS nos dias 8 e 9 de março de 1991, com o apoio da Pro-Reitoria de Extensão desta Universidade e do Ministério dos Assuntos Internacionais do Québec.

Colocando-se à escuta de todo o rumor social de 1889, o pesquisador espera, pois, dar uma consistência teórica a esta noção de "discurso social", acima evocada (3).

O DISCURSO SOCIAL

O discurso social: tudo o que se diz e escreve em um estado de sociedade: tudo o que se imprime, tudo o que se fala publicamente ou se representa hoje na mídia eletrônica. Tudo o que se narra e argumenta, entendendo-se que narrar e argumentar são os dois grandes modos de constituição do discurso. Ou melhor, chamemos "discurso social" não este *todo* empírico, ao mesmo tempo cacofônico e redundante, mas os sistemas genéricos, os repertórios tópicos, as regras de encadeamento de enunciados que, em uma sociedade dada, organizam o *dizível* - o narrável e o opinável - e asseguram a divisão do trabalho discursivo. Trata-se então de fazer aparecer um sistema regulador global cuja natureza não é dada imediatamente à observação, regras de produção e de circulação, assim como um quadro dos produtos.

Proponho-me a tomar *em sua totalidade* a produção social do sentido e da representação do mundo, produção que pressupõe o "sistema completo dos interesses de que uma sociedade está carregada" (Fossaert, 1983, 331). Tenciono travar um corpo-a-corpo, se se pode usar esta expressão, com a enorme massa dos discursos que chegam ao ouvido do homem em sociedade. Penso que é preciso percorrer e demarcar o todo deste vasto rumor onde estão os lugares-comuns da conversação e as piadas do Café do Comércio, os espaços triviais do jornalismo, dos doxógrafos da "opinião pública", assim como as formas etéreas da pesquisa estética, da especulação filosófica, da formalização científica: onde se encontram tanto os slogans e as doutrinas políticas que se confrontam tonitruantes, quanto os murmúrios periféricos dos grupelhos dissidentes. Todos estes discursos contêm, em um momento dado, aceitabilidade e charme: têm uma eficácia social e

públicos cativos, cujo hábito dóxico comporta uma permeabilidade particular a estas influências, uma capacidade de degustá-las e de renovar sua necessidade.

Falar de discurso social, é abordar os discursos que se comportam como fatos sociais e, portanto, como fatos históricos. E ver, no que se escreve e se diz em uma sociedade, fatos que "funcionam independentemente" dos usos que cada indivíduo lhes atribui, que existem "fora das consciências individuais" e que são dotados de uma "força" em virtude da qual se impõem. Neste projeto de uma análise dos discursos como produtos sociais, o leitor terá reconhecido um eco dos princípios de Durkheim.

1. Uma interação generalizada

A primeira vista, o vasto rumor dos discursos sociais dá a impressão do caos primordial, da cacofonia, de uma extrema diversidade de temas, de opiniões, de linguagens, de jargões e de estilos; é esta multiplicidade, esta "heteroglossia" ou "heterologia" que foi contemplada pelo pensamento de M. Bakhtin o qual acentua unilateralmente a fluidez, a deriva criadora na representação do social como lugar onde consciências - "responsoriais", dialogizadas - entram em interação constante, um lugar onde as legitimidades, as hierarquias, as imposições e as dominantes só são levadas em consideração na medida em que fornecem matéria à heteroglossia e, na ordem estética, ao texto polifônico. Não podemos seguir Bakhtin neste "mito democrático" (J. Bessière). O discurso social não é nem um espaço indeterminado onde tematizações diversas se produzem aleatoriamente, nem uma justaposição de socioletos, de gêneros e de estilos fechados sobre suas próprias tradições e evoluindo conforme suas estratégias locais. Falar do discurso social, será descrever um objeto *composto*, formado por uma série de subconjuntos interativos, de elementos migrantes, onde operam tendências hegemônicas e leis tácitas (4).

Retiremos de Bakhtin, contudo, a tese de uma interação generalizada. Os gêneros e os discursos não formam complexos impermeáveis uns aos outros. Os enunciados não devem ser tratados como mônadas, mas como "elos" de cadeias dialógicas; não se bastam a si próprios, são reflexos uns dos outros, "cheios de ecos e de lembranças", penetrados por visões do mundo, tendências e teorias de uma época. Seria necessário retomar e desenvolver aqui as noções de intertextualidade (como circulação e transformação de ideologemas, isto é, de pequenas unidades significantes dotadas de aceitabilidade difusa em uma doxa dada) e de interdiscursividade (como interação e influência das axiomáticas dos discursos). Estas noções exigem a busca de regras ou de tendências, de nenhum modo universais, mas suscetíveis de definir e de identificar um estado dado de discurso social. Elas são um convite a ver como, por exemplo, certos ideologemas recebem sua aceitabilidade de uma grande capacidade de mutação e de ressurgimento passando da imprensa de atualidade ao romance, ao discurso médico e científico, ao ensaio de "filosofia social", etc.

O que se enuncia na vida social acusa, por outro lado, *estratégias*, através das quais o enunciado "reconhece" seu posicionamento na economia discursiva e opera segundo este reconhecimento; o discurso social como unidade global, é a resultante destas estratégias divergentes, mas não aleatórias.

2. Alegorese, interlisibilidade

O efeito de "massa sincrônica" do discurso social sobredetermina a lisibilidade (o modo de leitura) dos textos particulares que formam esta massa. A leitura de um texto dado, se superpõem vagamente outros textos ocupando o mesmo espaço, por um fenômeno análogo ao da remanência retiniana. Esta superposição chama-se, nos discursos sociais antigos e clássicos, *alegorese* - decomposição centrípeta dos textos da rede sobre um texto-tutor, ou um corpus fetichizado (P. Zumthor; D. Suvín).

A interlisibilidade assegura uma entropia hermenêutica que faz com que se leiam os textos de uma época (e os da memória cultural) com uma certa estreiteza monossêmica; esta escotomiza a natureza heterológica de certos escritos, obscurecendo o comum ao inesperado e reduzindo o novo ao previsível.

3. Formas, conteúdos e funções

Nossa abordagem tem como primeira consequência o fato de jamais dissociar o "conteúdo" da "forma", o que se diz e a maneira adequada de dizê-lo. O discurso social une "idéias" e "modos de falar", de maneira que basta, às vezes, abandonar-se a uma fraseologia para deixar-se absorver pela ideologia que lhe é imanente. Se todo enunciado, oral ou escrito, comunica uma "mensagem", a forma do enunciado é ainda meio ou realização parcial desta mensagem. Pensamos nas fraseologias das linguagens canônicas, nestes clichês eufóricos ("Todos os franceses que têm preocupação com a dignidade e com a honra do país estarão de acordo em..."). Os traços específicos de um enunciado são marcas de uma condição de produção, de um efeito e de uma função. O uso em vista do qual um texto é elaborado deve ser reconhecido em sua própria organização e em suas escolhas linguageiras.

4. Tudo é ideologia

"Tudo que se analisa como signo, linguagem ou discurso é ideológico", quer dizer que tudo que pode ser levantado, como tipos de enunciados, verbalização de temas, modos de estruturação ou de composição dos enunciados, gnoseologia subjacente a uma forma significante, tudo isto traz a marca de maneiras de conhecer e de re-presentar o conhecido que não se esclarecem por si mesmas, que não são necessárias nem universais, que comportam estratégias sociais, exprimem interesses sociais, ocupam uma posição (dominante ou dominada, mas a tipologia que deve ser descrita é mais complexa) na economia dos discursos sociais. Tudo o que

se diz em uma sociedade realiza e altera modelos e preconstruídos - todo um *déjà-là* (já existente) que é um produto social acumulado. Todo o paradoxo se inscreve no movimento de uma *doxa*. Todo debate só se desenvolve apoiando-se em uma tópica comum aos argumentadores opostos. Em toda sociedade, a massa dos discursos - divergentes e antagonistas - engendra, pois, um *dizível global* além do qual só é possível por anacronismo perceber o "noch-nicht Gesagtes", o ainda não dito (para transpor Ernst Bloch).

5. Hegemonia

O fato de falarmos em *discurso social* no singular (e não evocar simplesmente o conjunto contingente dos discursos sociais) implica que, para além da diversidade das línguas, da variedade das práticas significantes, dos estilos e das opiniões, o pesquisador deve poder identificar em qualquer estado de sociedade, *dominantes interdiscursivas*, maneiras de conhecer e de significar o conhecido que são próprias a esta sociedade e que transcendem a divisão dos discursos sociais: o que desde Antonio Gramsci, chamamos de *hegemonia*. Em relação dialética com as diversificações dos discursos, conforme seus destinatários, seus graus de distinção, sua posição topológica ligada a tal ou tal aparelho - somos levados a colocar que as práticas significantes que coexistem em uma sociedade não são justapostas, que elas formam um todo "orgânico", que elas são cointeligíveis, não apenas porque aí se produzem e se impõem temas recorrentes, idéias da moda, lugares comuns, efeitos de evidência, mas ainda porque, de modo mais dissimulado, além das temáticas aparentes e integrando-as, o pesquisador poderá reconstituir regras gerais do dizível e do escriptível, uma tópica, uma gnoseologia, determinando em conjunto o aceitável discursivo de uma época (5).

A hegemonia não é apenas o que, no vasto rumor dos discursos sociais, se exprime mais alto, mais forte, ou se diz em mais lugares. Não é nem mesmo

esta dominância quantitativa, a qual tornaria mais "audíveis" os pontífices do café-concerto ou as piadas das revistas populares que os sutis debates da *Revue des deux mondes*. Certamente, a hegemonia é fundamentalmente um conjunto de mecanismos que asseguram ao mesmo tempo a divisão do trabalho discursivo em um grau de homogeneização das retóricas, das tópicas e das *doxas transdiscursivas*. Estes mecanismos, contudo, impõem sobre o que se diz e se escreve a *aceitabilidade* e estratificam graus e formas de legitimidade. A hegemonia se compõe, portanto, das regras canônicas dos gêneros e dos discursos (inclusive a margem das variâncias e desvios aceitáveis), estatutos dos diferentes discursos em si mesmos, das normas da boa linguagem (inclusive ainda, o controle dos graus de distinção languageira - do alto estilo literário à recém-lançada escritura jornalística "popular"), das formas aceitáveis da narração, da argumentação e mais geralmente da cognição discursiva e um repertório de temas que se "impõem" a todos os espíritos, mas de tal forma que seu tratamento abre um campo de debates e de dissensões elas próprias reguladas por convenções de forma e de conteúdo.

A hegemonia deve pois ser descrita, formalmente, como um *cânone de regras* e de imposições legitimantes e, socialmente, como um instrumento de controle, como uma vasta *sinergia* de poderes, de imposições, de meios de exclusão, ligados a arbitrários formais e temáticos. Se a hegemonia é formada pelas regularidades que a tornam aceitável e eficaz, que conferem um estatuto determinado ao que se diz, ela aparece como um sistema que se auto-regula sem que haja por traz um *Geist*, um regente de orquestra, um *deus ex-machina*, um posto de comando, nem mesmo uma série de etapas providas de identidade, de um rosto (6). O equilíbrio relativo dos temas impostos, das normas e divisões das tarefas não resulta de uma ausência de contradições: resulta das relações de força e de interesse de todos os falantes sociais. As "puras" literaturas se satisfariam voluntariamente com uma sociedade onde, como em *Voyage au pays des Articoles*,

de Maurois, somente a literatura teria direito de cidadania, onde a palavra literária seria a única linguagem permitida. Os médicos "puros", se é que existem, sonham talvez, como em *Les Morticoles*, de Léon Daudet, com uma sociedade inteiramente medicalizada em que o discurso médico teria toda a autoridade e ocuparia o lugar da religião, da arte e da política. As utopias satíricas de Maurois e Daudet estão aí para lembrar que todo grande setor discursivo (não apenas o religioso) tem um potencial "totalitário", que somente as condições sociais o proibem de persistir em sua essência em direção a uma extensão maximal. Conjunto de regras e de incitações, **cânone de legitimidades** e instrumento de controle, a hegemonia que "visa", certamente, à homogeneidade, à homeostase, apresenta-se como uma reunião de contradições parciais, de tensões entre forças centrífugas e centrípetas.

Através de um movimento constante, onde a **doxa** se engendra o paradoxo, onde a originalidade se fabrica com o lugar-comum, onde as querelas políticas, científicas e estéticas só se desenvolvem através de estratégias comuns e apoiando-se em uma tópica ocultada pela própria vivacidade dos debates; através também das funções "locais" de cada discurso, funções de interpretação, de legitimação, charmes e psicagogias diversas - através destas diversificações e deste "movimento", é ainda a regulação hegemônica que opera. E o que faz com que para nós, o que chamamos "o recuo do tempo", a psicopatologia da histeria em Charcot, a literatura de bulevar de René Maizeroy, o espírito de Henri Rochefort ou o de Aurélien Scholl, os romances de Emile Zola e os de Paul Bourget, os factums anti-semitas de Edouard Drumont e as canções de café-concerto de Paulus nos pareçam, tanto por sua forma quanto por seu conteúdo, pertencer à mesma época. Dizer que determinada entidade cognitiva ou discursiva é dominante em uma época dada não significa negar que ela entre em composição com múltiplas estratégias que contestam, a antagonizam, alterando seus elementos. Assim - exemplo banal - há em 1889 uma certa censura

sobre o sexo e sua representação (Não esboçarei suas características em algumas linhas). E esta mesma censura que permite à libertinagem "bem escrita" de Catulle Mendès, à apologia de bulevar das cocotas e do Paris dos prazeres, às audácias sombriamente sublimadas do romance naturalista ou modernista de se exprimir, de adquirir prestígio e de tematizar de um certo modo suas transgressões. A hegemonia é, ao mesmo tempo, sexo vitoriano "reprimido" e seu cortejo de "transgressões" e de "audácias". Porque à hegemonia se ligam a lisibilidade, o interesse de leitura, Catulle Mendès e Rachilde, por mais audaciosos que fossem, não são menos ilisíveis hoje que os trabalhos cheios de autoridade do Dr. Garnier sobre "as aberrações do instinto genésico".

COMPONENTES

Convém enumerar (não se poderá fazer mais) os elementos que compõem o fato hegemônico ou melhor, como estes elementos não são dissociáveis, os diferentes pontos de vista sob os quais este fato pode ser abordado.

1. A língua legítima

A língua não é tomada aqui como código, como sistema de regras abstratas. Falo do "francês literário" que se designa também como "língua nacional". Esta língua é totalmente inseparável dos saberes de aparato, fraseologias e tropos legitimantes (e de seus modos de uso). A língua oficial-literária, se naturalmente adquirida pelos descendentes da classe dominante, é feita destas forças que transcendem o plurilinguismo (a heteroglossia) de uma sociedade e "unificam e centralizam o pensamento literário-pedagógico" (Bakhtin).

2. Tópica e gnoseologia

E preciso remontar a Aristóteles e chamar tópica o conjunto dos "lugares" (topoi) ou pressupostos irredutíveis da verossimilhança social aqueles que

todos os que intervêm em um mesmo debate se referem para fundar suas divergências e seus desacordos às vezes violentos *inpraesentia*, isto é, todo pressuposto-coletivo dos discursos argumentativos e narrativos. A tópica produz o opinável e o plausível, mas ela é também pressuposição em toda a sequência narrativa, ela forma a ordem de veridicção consensual que é condição de toda discursividade, que sustenta a dinâmica do *encadeamento* dos enunciados de todas as espécies. Evidentemente, esta tópica comporta "lugares" transhistóricos: "E preciso tratar do mesmo modo fatos semelhantes" (regra de justiça), "quem quer os fins quer os meios" (*topos* proerético). Não existe ruptura de continuidade entre todos pré-construídos argumentativos quase universais que formam o repertório do provável e que nós chamaremos de *doxa*. A *doxa* é tudo o que é aceito por si mesmo, o que só prega aos já convertidos, mas convertidos que ignoram os fundamentos de sua crença, o que é impessoal, mas necessário para poder pensar o que se pensa e dizer o que se tem a dizer. Esta *doxa* forma um sistema maleável ou um *topos* que pode "esconder um outro", de forma que os construtores de paradoxos são ainda retidos na doxologia de seu tempo.

Se todo ato de conhecimento é também necessariamente ato de discurso, é preciso ir além de um repertório tópico para abordar a *gnoseologia*, isto é, um conjunto de regras fundamentais que decidem sobre a função cognitiva dos discursos, que modelam os discursos como operações cognitivas. Esta *gnoseologia* corresponde às maneiras pelas quais o mundo pode ser esquematizado a partir de um suporte linguageiro (maneiras cujo fundamento é a "lógica natural"), estas *esquematisações* formam a pré-condição dos julgamentos (de valor, de escolha). Esta *gnoseologia* que tomamos como um fato de discurso, indissociável da tópica, corresponde ao que foi às vezes chamado de "estruturas mentais" de tal época, ou ainda de modo mais frouxo, de "pensamentos" (pensamento selvagem, pensamento animista, pensamento mítico-analógico...).

3. Fetiches e tabus

A configuração dos discursos sociais está marcada pela presença particularmente localizável (ao modo de uma nova no meio de uma galáxia) de objetos temáticos marcados pelas duas formas do *sacer*, do intocável: os fetiches e os tabus. Estes intocáveis são conhecidos como tais: deste modo tentam os transgressores e os iconoclastas, mas são possuídos por um *mana* de que testemunham todas as espécies de vibrações retóricas a sua volta. A Pátria, o Exército, a Ciência estão do lado dos fetiches; o sexo, a loucura, a perversão estão do lado dos tabus: um grande número de audaciosos levanta o véu de Isis e atrai para a sua coragem inovadora a aprovação dos *happy few*. Aqui também, é preciso ver que um tabu pode esconder um outro e, principalmente para os libertinos literários, temos vontade de dizer: façam ainda um esforço se vocês querem ser *de verdade*. É importante analisar estes fetiches e tabus e seu grau de intangibilidade na medida em que eles não estão apenas representados no discurso social, eles são essencialmente *produzidos* por ele.

4. Egocentrismo/etnocentrismo

A hegemonia pode ainda ser abordada como uma nova *pragmática*, definindo em seu centro um enunciador legítimo arrogando-se o direito de falar sobre "alteridades", determinadas em relação a si - Francês, adulto, macho, letrado, urbanizado, em pleno acordo cúmplice com a estratégia das temáticas dominantes. Os gêneros canônicos do discurso social falam a um destinatário implícito, ele próprio legitimado, e não existe melhor modo de legitimá-lo que dar-lhe "direito de olhar" sobre aqueles que não têm direito à palavra, "nas costas" de quem o discurso fala: os loucos, os criminosos, as crianças, as mulheres, as plebes camponesas e urbanas, os selvagens e outros primitivos.

Do ponto de vista desta pragmática, pode-se ver como a hegemonia oferece ao mesmo tempo um discurso universal, *de omni re scibili*, e uma alocução distintiva, identitária, seletiva, produzindo os meios da discriminação, da legitimidade e da ilegitimidade.

5. Temáticas e visões do mundo

Todo debate em um determinado setor, por mais ásperas que sejam as discordâncias, supõe um acordo prévio sobre o fato de que o sujeito "existe", que ele merece ser debatido, que um denominador comum serve de base às polêmicas. O que chamamos "cultura" é composto de senhas e de temas *em circulação*, de temas próprios para dissertação, sobre os quais é preciso informar e que se oferecem à literatura e às ciências como dignos de meditação e de exame. A hegemonia apresenta-se aqui como uma temática, com saberes de aparato, com "problemas" pré-construídos, com interesses presos a objetos cuja existência e consistência não parecem provocar dúvidas uma vez que todo mundo fala a respeito. Toca-se no que é mais perceptível em uma conjuntura, no que admira ou irrita mais o leitor de uma outra época: de todos estes "objetos" que nomeamos, valorizamos, descrevemos e comentamos, quantos não aparecem como sendo objetos conhecidos e determinados mas, com o recuo do tempo, reduzidos ao estatuto de "bibelôs abolidos de inanidades sonoras".

Depende-se da multiplicidade dos discursos autorizados, apesar das compartimentações, dos gêneros, das tendências, uma *Weltanschauung*, uma visão do mundo, uma hermenêutica da conjuntura com um sistema de valores e dos imperativos de ação (e de reação). Veremos emergir uma série de predicados que supostamente caracterizam todos os aspectos da vida social e que se difundem com insistência, tanto nos "lugares-comuns" do jornalismo quanto nos domínios privilegiados da palavra artística, filosófica ou sábia, predicados que se constroem uns em relação aos outros como cointeligíveis, parcialmente redundantes,

isotópicos, isto é, formando uma massa como "visão do mundo". Descreveremos, pois, estes axiomas explicativos permitindo dissertar sobre todas as coisas e dominando em "baixo contínuo" o rumor social.

6. Dominantes de pathos

A história tradicional das idéias tende espontaneamente a transformar o *pathos dominante dos discursos de um tempo em "temperamentos" e "estados de alma"* que repentinamente chegaram aos grandes pensadores e artistas e à sua "geração". Voltemos a Aristóteles e à sua teoria dos "pathé" na *Retórica*. "Phobos" - o temor - é definido como este efeito de discurso que engendra "um sentimento doloroso, difuso, causado pela figuração de um perigo iminente que causaria destruição e infelicidade". Permanecemos aristotélicos (ou weberianos) vendo na *angústia* o grande efeito patético da visão do mundo fim-do-século, dispositivo que teve sua funcionalidade e que não está desvinculado do conceito (de alcance histórico mais amplo) de *Entzauberung* - desencanto. A angústia pode ser propedêutica, um meio parcialmente adequado de adaptação à mudança, e não deixa de oferecer, em 1889, diversos "benefícios secundários"...

7. Sistema topológico

De encontro a todos estes aspectos unificadores, a hegemonia se apreende, enfim, por dissimilação, como um *sistema de divisão das tarefas discursivas*. isto é, a produção de um conjunto de discursos específicos, de gêneros, de sub-gêneros, estilos e ideologias, reagrupados em "regiões", entre as quais dispositivos interdiscursivos asseguram a migração de ideologemas variados. Poder-se-ia desenvolver aqui uma teoria que falaria de repartições, setores discursivos, gêneros, discursos, ideologias, papéis e empregos da "cena" discursiva, dispositivos interdiscursivos, sinergias, ideologemas e sociogramas" (C. Duchet), dissidências e contra-discursos. Sou forçado a deixar em "branco" e seguir adiante.

FUNÇÕES DO DISCURSO SOCIAL: SATURAÇÃO E MONOPÓLIO

"In eo movemur et sumus", diz São Paulo : nele evoluímos e existimos. O discurso social é um meio obrigatório da comunicação e da racionalidade histórica, assim como é instrumento de prestígio social para alguns, na mesma escala que a fortuna e o poder. A própria variedade dos discursos e das posições dóxicas permitidas parece saturar o campo do dizível. O discurso social tem "resposta para tudo", parece permitir falar de tudo, constituindo o não-dizível como impensável (absurdo, infame ou quimérico). Para alguém que abre a boca ou pega a caneta, o discurso social já *está lá* com seus códigos e seus pré-construídos. Será preciso fazer-se entender através destas vozes, deste dado, desta facticidade onipresente. Ninguém pode vangloriar-se de falar no vazio, mas sempre em resposta a algo. Pensaremos neste "et ego...", eu também tenho algo a dizer, tão perceptível nos "jovens poetas", resolvidos a produzir custe o que custar, o inaudito. Os desacordos, os questionamentos, as buscas de originalidade e de paradoxo se inscrevem ainda em referência aos elementos dominantes, confirmando sua dominância no momento mesmo em que procuram dela dissociar-se ou opor-se. Na hegemonia tudo se incorpora.

O discurso social tem "o monopólio da representação da realidade" (Fossaert, 1983.336), esta representação da realidade que contribui amplamente para fazer a realidade... e a história. E justamente porque se trata de "monopólio" que o discurso social parece adequado como reflexo do real pois "todo o mundo" vê o real e o momento histórico através dele mais ou menos do mesmo modo. O real não poderia ser um caleidoscópio. A unidade relativa da visão do mundo que se depende do discurso social resulta desta cooperação fatal no ordenamento das imagens e dos dados.

Todo discurso social é também um conservatório da memória, e é esta memória que chamamos cultura. "Memória" é preciso desconfiar de toda analogia com o psiquismo humano : os discursos comemoram (assim como o fazem as imagens e os monumentos), mas esta "memória" seletiva e inerte nada mais é do que o contraponto de um imenso e fatal esquecimento (7).

1. Legitimar e controlar

A principal função dos discursos sociais, concomitantemente a seu monopólio de representação, é produzir e fixar legitimidades, validações, publicidades (tornar públicos os gostos, as opiniões, as informações). Todo discurso legítimo contribui para legitimar também práticas, estatutos, para assegurar lucros simbólicos (e não existe lucro nem poderes sociais que não sejam acompanhados de simbólica). A própria coisa impressa é um instrumento de legitimação em uma época em que os simples crêem ainda sem reserva no que "está escrito no jornal". O poder legitimante do discurso social é ele próprio a resultante de uma infinidade de micro-poderes, de arbitrários formais e temáticos. A hegemonia funciona como censura e auto-censura: ela diz quem pode falar, sobre o que e como. Lembremos uma proposição famosa de Roland Barthes:

"A verdadeira censura não consiste em proibir (...) mas em nutrir indevidamente, em manter, em reter, em abafar, em envolver nos esterótipos (...) O verdadeiro instrumento da censura não é a polícia, é a *endoxa*... A censura social (...) é aí que se obriga a falar (8)".

Michel Foucault sistematizou de modo às vezes hiperbólico esta reflexão sobre o poder dos

discursos, sobre a função de controle, o papel de "incarceração" do corpo e dos desejos pelos discursos do saber e da autoridade. Com uma espécie de euforia pessimista, Foucault chegou a ver a comunicação social como nunca tendo sido nada mais do que um epíclito da Máquina de Poder. J. Habermas com seu modelo "contrafactual" (colocado como quimérico) do "diálogo democrático participatório" (direito concedido a todos de entrar nos discursos, de discutir suas regras, de deixar regulamentar os discursos pela experiência prática) propõe uma alternativa voluntarista, com um mesmo pessimismo diante da onipotência normalizadora e controladora da razão instrumental. Evidentemente, os discursos de controle são indispensáveis para que o social avance, isto é, para que avancem a exploração e a dominação. A coerção material mais nua também se acompanha de símbolos, de slogans e de justificativas. Inversamente, os discursos não são todavia o todo da reprodução social! Os discursos sociais, para além da multiplicidade de suas funções, *representam* o mundo social, eles o *objetivam* e, permitindo comunicar estas representações, determinam esta convivibilidade cultural que é um fator essencial da coesão social. Assim procedendo, eles *rotinizam* e naturalizam os processos sociais. Notadamente, a *doxa* serve para rotinizar a novidade; greves operárias, mulheres de bicicleta ou suicídios a dois ... Ela funciona como uma enzima esfomeada encarregada de fagocitar o *novum* para torná-lo inteligível, até mesmo com a angústia de torná-lo patológico. Os discursos têm o seu papel na sociedade panóptica: vigiar os operários (com medo da loucura socialista), os escolares (de medo da neurose onanista), as mulheres (com medo dos "nervosismos" e das histerias emancipatórias). Não se deve, contudo, atribuir aos discursos toda a "magia" da servidão voluntária e da repressão social. Em si mesmo, nenhum discurso é performativo. O discurso social age na massa para conformar os espíritos e desviar o olhar de certas "coisas", estender o manto de Noé. O discurso social está sempre lá, como mediação, interposição do coletivo inerte, nas relações entre os humanos. Foi isto que Flaubert quis mostrar narrando o primeiro encontro de

Emma Bovary e de Léon no albergue d'Youville: a imersão total dos "sentimentos", das idéias e dos desejos na alienação da doxa, do clichê e das "idéias chics". Emile Durkheim não sugere outra coisa, escrevendo:

"Digam se não é Edouard Drumont ou Paul de Cassagnac que fala pela boca daquele bom burguês ou daquele excelente padre... (9)".

Será preciso, pois, colocar no centro de nossas análises a questão desta conformação/informação do sujeito social.

2. *Produzir as individualidades e as identidades*

No que se refere ao discurso social, não se ouvem apenas denominadores comuns, temas difundidos e fatos coletivos; o discurso social é também a produção social da individualidade, da especialização, da competência, do talento e da originalidade; é a produção social da opinião dita "pessoal" e da criatividade dita "individual". O que lembramos aqui é a reversão do ponto de vista clássico dos procedimentos histórico-dialéticos: não são os escritores, os publicistas que "fazem os discursos", são os discursos que os fazem, até em sua identidade, a qual resulta de seu papel na cena discursiva. Os indivíduos, seus talentos, suas disposições não são contingentes em uma hegemonia anônima; eles são especificamente produzidos como se produzem banalidades e trivialidades. O discurso social "in-forma" os sujeitos (no sentido da filosofia escolástica, em proporção inversa ao modo pelo qual ele os informa, no sentido da teoria da informação !). Emoções identitárias são transmitidas por discursos diversos. Aqueles que se emocionaram com "A França aos franceses!" podiam sentir *também* uma emoção bem viva ao lembrar os versos de Albert Samain. Um Maurice Barrès pôde ser um exemplo desta emoção ao mesmo tempo militar e simbolista.

3. Sugerir e fazer agir

As historiosofias, as sociogonias, as sociomaquias e as diversas demagogias provendo os grupos humanos de exegeses "totais" da conjuntura, de objetos de valor, de mandatos e de esperanças contribuem para fazer a história, fazendo-a conhecer de um certo modo. O discurso social pode ser abordado deste modo como sendo vetorialmente: - ôntico (representar e identificar) - axiológico (valorizar e legitimar) - e pragmático ou proerético (sugerir, fazer agir). Neste sentido Aristóteles está de acordo com Marx: a ideologia não fornece apenas "representações", mas também indicações de práticas e de comportamentos. A maneira pela qual as dominâncias discursivas e as ideologias operam como "self-fulfilling prophecies", de modo que o fantasma discursivo acaba por se incarnar no real, fascinou os historiadores, notadamente os do anti-semitismo e do fascismo.. Uma parte da obra de J. P. Faye consiste em mostrar este engendramento da ação pela narrativa que ele nomeia "o efeito Mably".

4. Produzir a sociedade

Finalmente, o discurso social na unidade relativa de sua hegemonia, contém um "princípio de comunhão" (Fossaert) e de "conviviabilidade". Ele representa a sociedade como unidade, como *convivium dóxico*, e até mesmo os enfrentamentos e as dissensões contribuem para isto. O discurso social e as grandes "ideologias" que ele gera são dispositivos de integração enquanto a economia, as instituições e a vida civil reparte, divide e isola. O discurso social constrói uma coexistência e une em uma aquiescência muda aqueles a quem ele recusa o direito à fala. A lógica da hegemonia dóxica é o consenso, o senso comum, a opinião pública, o espírito cívico. Os grande ideologemas políticos - o progresso, a pátria, o inimigo externo - realizam de modo vibrante esta unanimidade. O discurso social produz uma certa interpretação comum da conjuntura, conferindo-lhe um

sentido que será debatido pelos doxógrafos. Ele cria ilusão de gerações literárias ou filosóficas. Esta produção da sociedade como um todo visível é dialeticamente compatível com as distinções, as hierarquias e os prestígios legitimados pelos diferentes discursos.

5. Bloquear o indizível

O conjunto das funções desempenhadas pelo discurso social pode ser abordado conforme sua contrapartida negativa:

"Tudo o que um homem deixa tornar visível, pode-se perguntar: Que quer ele esconder? De que quer ele afastar o olhar? Que preconceito quererá evocar?" (Nietzsche, *Aurore*).

Só se pode enunciar esta proposição dando-lhe um ar finalista que empresta à hegemonia uma espécie de intenção mistificadora. E que, retroativamente, o observador é primeiramente atraído pelo fato de que tudo o que para sua geração tornou-se provável ou evidente parece literalmente informúlável aos "melhores espíritos" da geração passada, os quais diante de certos problemas parecem passar coletivamente atestado de uma cegueira burlesca. O observador é tomado aqui pela ilusão de um "progresso ideológico" cujas idéias recebidas do passado aparecem como obstáculos objetivos.

PARA UMA PRAGMATICA SOCIO-HISTORICA

Há vinte anos reina na pesquisa um fetichismo do texto, uma espécie de solipcismo textual: *verba et voces praeterea que nihil*. Os sofismas não deixam de justificar este logocentrismo, este pandiscursivismo. Sem dúvida o pesquisador defronta-se primeiramente com textos (ou com artefatos

semióticos). Os formalistas concluem um pouco rapidamente que convém permanecer em sua imanência. O fato de tomar os textos, aqui, na rede global de sua intertextualidade desvia esta ilusão de importância.

Não se pode dissociar o que é dito, do modo como é dito, o lugar de onde é dito, os fins diversos a que serve, os públicos a que se dirige. Estudar os discursos sociais é procurar conhecer as disposições (ativas) e os gostos (receptivos) diante destes discursos. E procurar medir a energia investida e as estratégias, os propósitos de cada texto. E, pois, falar não apenas de gramáticas, de tipologias, de organizações temáticas, mas avaliar ao mesmo tempo a aceitabilidade dos elementos. Todo discurso, todo enunciado, elege um destinatário socialmente identificável, conforta suas "mentalidades" e seus saberes; o que se diz em uma sociedade não tem apenas sentido (sentido que pode ser estratégia de partidos ou de interpretações antagonistas), mas também *charmes*; uma eficácia outra que a simplesmente informativa ou comunicacional - no sentido dos axiomáticos exangues, pseudo-lógicos da comunicação.

A crítica do discurso social engloba, pois, as disposições ativas e os gostos receptivos diante do texto de Mallarmé como diante do de François Coppé, da propaganda anti-clerical de *LA LANTERNE* ou dos panfletos de Drumont. Falar do "charme" dos discursos, é procurar teorizar uma intuição de todo pesquisador que trabalha com uma certa retrospectiva histórica. O sentido literal dos textos não lhe escapa, mas seus *charmes* curiosamente evaporam: as piadas dos jornais não provocam mais o riso, enquanto as grandes cenas patéticas do quinto ato dos dramas de sucesso fazem rir. As grandes tiradas argumentativas dos doutrinários, dos pensadores, dos filósofos parecem apoiar-se sobre argumentos sofisticados, pobres, especiosos - vê-se bem a estrutura demonstrativa, mas elas deixaram de *convencer*. As passagens de romance das quais se advinha que pretendiam dar uma impressão de realismo audacioso, deixam apenas ver sua trama

ideológica e o artifício de seus procedimentos. Dito de outra forma, com o recuo de uma ou duas gerações, o discurso social em seu conjunto não *funciona* mais; sua eficácia dóxica, estética, ética parece ter se evaporado completamente. O leitor atual se percebe como uma espécie de mau espírito, que não se comove com o que deveria ser patético, não se excita com o que deveria ser libertino, não se diverte com o que teria a função de desopilar. Este leitor vê bem que não é na imanência de um texto ou de uma passagem que pode ser explicada esta curiosa perda de eficácia perlocutória.

Gostaria de concluir esta exposição voltando às perspectivas heurísticas e às questões de método implícitas nas páginas precedentes. Existe no início desta pesquisa algo que tem a ver com o "opressivo" de Bouvard e Pécuchet, - citado em epígrafe - com uma vontade de "proibir-se até mesmo os últimos vestígios de candura em relação aos hábitos e às tendências do espírito da época", como Adorno e Horkheimer colocam como princípio ético e heurístico em sua *Dialética da razão*. Toda pesquisa pressupõe uma certa "conversão do olhar", procurando ver coisas que saltavam aos olhos, que cegavam e também coisas realmente escondidas, não na profundidade, mas frequentemente em extensão, em mutação, em "camaleonismos". Eis, portanto, o princípio heurístico: pensar historicamente o discurso social e percebê-lo em sua totalidade, "fazer enumerações tão completas e revisões gerais até ficarmos assegurados de nada omitir". Perceber o poder dos discursos em sua onipresença e em sua onipotência, difratado em todos os lugares, mas também com disfuncionamentos de quando em quando, com desequilíbrios, brechas que forças homeostáticas procuram perpetuamente colmatar. Pôr em conexão os campos literários, os campos científicos, o campo filosófico, os discursos políticos, a imprensa e a publicidade, tudo o que se inscreve e se difunde em lugares particulares. E sem negligenciar as estratégias e as imposições destes campos, examinar as fronteiras reconhecidas ou contestadas, os pontos de troca, os

vetores interdiscursivos que aí penetram, as regras de transformação que põem em conexão estes diversos setores e organizam sua topologia global (10).

Trabalhando sobre o ano de 1889, recuo um século: este recuo é antes de tudo uma comodidade que eu espero que não leve ao anacronismo e ao sofisma retroativo (a reinterpretação do passado pelo futuro) (11). Permito-me confessar, contudo, que este trabalho sobre o fim do século passado, que corresponde ao momento de emergência de certas "modernidades", jornalísticas, políticas, estéticas, parece-me valer para lembrar ao leitor, "meu semelhante, meu irmão", que ele também está imerso na hegemonia onipresente de seu rumor social com seu mercado da novidade ideológica. O leitor poderá, então, oportunamente ler, em suas análises de um estado já antigo do sistema discursivo, um *De te fabula narratur* (12).

NOTAS

1. Talvez seja preciso insistir, de início, sobre o fato de que esta descrição será apenas um esboço que deixa muitos problemas em suspenso, e que, em apenas 20 páginas, não poderia ser outra coisa.
2. Em 1990, foi publicado pelas Editions du Préambule, em Montreal, "*1889: un état du discours social*", com 1200 p. Foram publicados também: *Ce que l'on dit des juifs en 1889* (Montreal, 1990); *Le cru et le faisandé* (sexe, discours social et littérature à la Belle Epoque), em Bruxelas, 1986; e uma dezena de artigos entre os quais "On est toujours le disciple de quelqu'un, ou le mystère du pousse au crime", IN: *Littérature*, 49, 1983 pp.50-62.
3. A expressão *discurso social* apareceu primeiramente como título de uma revista de sociologia literária lançada por R. Escarpit e l'ILTAM de Bordeaux, em 1970, revista cujo título não se encontra, até quanto eu sei, nem explicado nem comentado. A locução se acha há 15 anos de modo não preciso em algumas

análises, como se pode ver no *Bulletin signalétique do CNRS*. Em uma obra publicada em 1983, *les structures idéologiques*, R. Fossaert inscreve o conceito de "discurso social total" em um sistema coerente e rigoroso. Minha atual estratégia de pesquisa não me permite aderir à sua definição ampla - toda a significância cultural, sémiosis e histeresis - e as dimensões deste artigo só me permitem indicar implicitamente minhas razões para isto (ver nota 10).

4. Reconhecemos nestes destaques uma referência ao axioma de Bakhtin e Volosinov, *Le Marxisme et la philosophie du langage* (1929).
5. A hegemonia de que tratamos é aquela que se estabelece no discurso social, isto é, na maneira pela qual uma sociedade dada se objetiva em seus textos, em seus escritos (e também em seus gêneros orais). Não a vislumbramos como um mecanismo que diga respeito a toda a cultura, que se refira não apenas aos discursos e aos mitos, mas ainda aos rituais (no sentido mais amplo), à semantização dos usos e aos valores imanentes às diversas práticas materiais e às crenças que os movem. A hegemonia discursiva é, sem dúvida, apenas um elemento de uma hegemonia cultural mais englobante, a qual estabelece a legitimidade e o valor dos diversos "estilos de vida", dos costumes, e das "mentalidades" que parecem manifestar.
6. Inscrita no tempo, a hegemonia discursiva própria a uma conjuntura dada se compõe de mecanismos reguladores que se estabelecem em períodos bem diferentes - lenta elaboração ao longo dos séculos da língua "nacional", de suas fraseologias e de suas retóricas de prestígio; reorganizações insensíveis ou repentinas da visão dos campos, gêneros e discursos canônicos; aparição e obsolescência rápidas de temas e idéias "da moda" e narrativas da atualidade interpretadas em "signos dos tempos". Estas diferenças de temporalidades são elas próprias relativamente harmonizadas e

regulamentadas, de modo que o conjunto evolui em um todo composto e não como uma simples coexistência de normas setoriais.

7. Pode-se falar de uma *doxa* como denominador comum social, repertório tópico comum a um estado de sociedade, mas pode-se também abordar a *doxa* como estratificada, segundo os saberes e os implícitos próprios a determinada composição de capital cultural. Há uma *doxa* de alta distinção para os "aristocratas do espírito" como há uma *doxa* para o jornal de um centavo, e, ainda mais baixo, a *doxa* para "pobres de espírito", misturada de ditos populares e de provérbios. Pode-se ainda (é uma outra ordem de estratificação) chamar *doxa* as pressuposições dos discursos exotéricos (da opinião "pública", do jornalismo) em oposição aos fundamentos sistematizados do provável esotérico (ciências, filosofia).

8. "La censure et le censurable", *Communications*, 9, 1967.

9. *Les règles de la méthode sociologique*. Alcan, 1927, II.

10. A extensão da noção de "discurso social" pode variar: optamos por identificá-la ao fato linguageiro, à coisa impressa (e ao que pode ser transcrito da oralidade, das retóricas da interação verbal). Poderíamos, contudo, (é o que faz R. Fossaert) chamar "discurso social" a totalidade da significância cultural: não apenas os discursos, mas também os monumentos, as imagens, os objetos plásticos, os espetáculos (desfiles militares, banquetes eleitorais, quermesses, etc.) e sobretudo a semantização dos usos, das práticas naquilo que são socialmente diferenciadas (sinésica, proxêmica, vestuário) e portanto significantes. Na própria medida em que as práticas, os costumes não são homogêneos - pois há várias maneiras de vestir-se, de sentar-se, de beber, de caminhar - elas produzem paradigmas semióticos onde um antropólogo cultural veria o essencial da significância social. Os discursos, orais ou escritos, são envoltos por suas

práticas significantes, por "semantização dos usos" (Prieto). De Medvedev e Bakhtin a Fossaert, diversos pesquisadores formularam o programa de uma totalização dos discursos, dos gestos, do vestuário, de todas as "trocas simbólicas". A título pragmático, esta sugestão é sedutora. Contudo, parece-me que a relação que pode se estabelecer entre a significação objetivada nos textos (monumentos, obras plásticas, simulacros) e a significação inscrita sobre o *corpo* do homem social, em seus gestos, suas "maneiras de ser", seu "habitus corporis", seu vestuário, esta relação é uma das mais problemáticas de serem pensadas e interpretadas teoricamente. Entre o que se diz das mulheres e a produção da mulher como corpo vestido (ou não), maneirismos gestuais, posicionamento proxêmico, semantização dos espaços femininos e interpretações sociais, há às vezes uma relação evidente e um abismo.

11. O objeto-ano, de um primeiro de janeiro a um 31 de dezembro, é apenas uma entidade abstrata, um corte em um fluxo contínuo. O ano 1889 constitui já uma amostragem que vale *mutatis mutandis* para alguns anos precedentes e subsequentes. De um ponto de vista menos arbitrário, o ano corresponde a uma *conjuntura*, a uma configuração de tendências e de emergências reforçada por modos de curta duração, por acontecimentos de atualidade cuja sensação se esgota rapidamente, mas estes aspectos diversos são "heterocrônicos"; não poderíamos, aliás, datar a emergência ou a mudança. Mesmo as crises conjunturais quer as de 1789 ou de 1968, produzem no discurso social apenas efeitos "reveladores" amplamente antecipados, e com remanescências persistentes após o acontecimento.

12. Seriam todas as tradições do materialismo histórico, da epistemologia, da sociologia do conhecimento, da análise do discurso, da sociolinguística, da semiótica textual, da retórica, de que seria preciso fazer a enumeração para assinalar as referências deste esboço. E Flaubert, Proust, Musil... Utilizador eclético, mas crítico, espero, de tantas

"leituras", não pretendo dominar com plenitude estas múltiplas tradições eruditas e literárias. O pesquisador não pode senão dissimular aqui suas insuficiências atrás de um bem kantiano: "Tu deves, logo tu podes"! Na medida em que é preciso pôr as cartas na mesa, limitar-me-ei a assinalar as dívidas mais evidentes (que não implicam total fidelidade) a A.Gramsci, W.Benjamin et l'Ideologiekritik de Frankfurt, a M.Bakhtin, a M.Foucault, à tradição francesa de análise do discurso (Pêcheux, Robin, Véron...) e ao pensamento sociológico de Pierre Bourdieu.

ANGENOT, Marc. Pour une théorie du discours social. *Littérature*, Paris, Larousse, n. 70, maio 1988. pp. 82-98.

Tradução da Dra. Zilá Bernd - Depto. de Línguas Modernas - IL - UFRGS.

Do ensinamento à abertura: uma literatura das Américas

Por Bernard Andrès - Université Du Québec à Montréal - UQAM (Canadá)*

Entre os povos jovens, engajados em um projeto coletivo, entre as nações novas e em emergência em que a vastidão da vida deve ser identificada, nomeada e consagrada a todos os possíveis pela virtude da linguagem, a exiguidade do mercado nacional pode acompanhar-se de um benefício exorbitante, de uma oportunidade inaudita, que consiste em dizer as coisas pela primeira vez... Não se trata de dizer coisas novas. Esta esperança é enganosa [...]. Trata-se de dizer ou de redizer as coisas onde não foram ainda proferidas, com toda a riqueza conotativa, sem a qual não há literatura.

André Belleau¹

Redizer aqui

Proferindo estas palavras diante de uma platéia israelense, há quase vinte anos, André Belleau formulava um dos aspectos mais paradoxais das literaturas em emergência: condenadas à repetição desnecessária, mas retirando a sua originalidade desta limitação. No Canadá, os estudos comparados não deixaram de trabalhar este aspecto da questão (em

* Palestra proferida no I.L. da UFRGS, no dia 9 de março de 1991 como atividade inaugural das áreas de Estudos Francófonos (Mestrado) e Doutorado em Letras do CP6 - Letras da UFRGS, no âmbito do acordo UFRGS/UQAM.